

PROJETO DE PESQUISA:

**O DIREITO A REMESSAS NÃO-ONEROSAS E OS “COYOTES  
BANCÁRIOS”: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A MIGRAÇÃO  
VENEZUELANA EM RORAIMA, BRASIL**

**Nome do Candidato:** Fernando César Costa Xavier

**Email:** fxavier010@hotmail.com

**Linha de Pesquisa do PPGSD:** Humanidades, Políticas Públicas e Desigualdades

## RESUMO

Nas vezes em que a migração possibilita auferição de renda regular aos imigrantes, estes geralmente tendem a ajudar aqueles que permaneceram no país de origem, transferindo-lhes recursos sob a forma de remessas monetárias. Em processos migratórios massivos, a intensidade dessas transferências cria “corredores”, em relação aos quais o a Agenda 2030 da ONU defende que sejam praticadas políticas fiscais não onerosas, as quais poderiam minar o poder aquisitivo das remessas para os seus beneficiários. Em países como o Brasil, contudo, o atingimento desse objetivo é ainda distante, visto que são altos custos impostos pelo sistema bancário convencional para tais transferências. Em Roraima, muitos migrantes venezuelanos têm contratado serviços de intermediários – aqui chamados “coyotes bancários”. A tese é que a ação econômica desses sujeitos estaria *imersa* na configuração social formada por um fenômeno migratório de fundo disruptivo.

**Palavras-chave:** remessas de valores; coyotes bancários; imersão

## TEMA E PROBLEMA DA PESQUISA, SUA RELEVÂNCIA E VIABILIDADE

Nas grandes migrações que recrudescem neste início do séc. XX, são geralmente comuns situações de imigrantes que enviam dinheiro para os familiares e amigos que ficaram para trás, no seu país de origem. A ajuda é tão bem-vinda que acaba servindo como uma renda mínima para aqueles que não puderam ou não quiseram emigrar, evitando-se assim que contra estes se forme uma conjuntura de privações insuportáveis que os obrigue a também partir.

Em várias regiões do mundo afetadas por fluxos migratórios, a remessa de valores monetários e não-monetários através de “corredores” é tão mais oportuna que, sem que existisse, forçaria um número ainda maior de pessoas a se deslocar, tornando as migrações ainda mais críticas e dificultando a gestão sobre controle demográfico. Por isso mesmo, o tema das remessas (*remittances*) assume lugar destacado nos debates contemporâneos sobre migração e desenvolvimento.

Conforme se costuma recordar, as remessas seriam vantajosas tanto para o país de origem quanto para o de destino do imigrante, uma vez que possibilita àquele um impacto financeiro positivo em seu Produto Interno Bruto e, a este, que sofra um impacto populacional menos acentuado, que provavelmente lhe acarretaria maiores despesas no orçamento público. Defendendo a sua importância conjuntural, a Organização das Nações Unidas, em sua Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, estabeleceu como um de seus Objetivos, na parte sobre “reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles”, que os corredores de remessas sejam o mais livres e desembaraçados quanto possível<sup>1</sup>.

E, no entanto, os obstáculos mais frequentes ao fluxo livre e desembaraçado de valores são justamente as políticas fiscais abrasivas praticadas pelos países, através de impostos a incidirem sobre as transações de remessas. Nesse contexto, a ONU conclama os Estados a que reduzam drasticamente, até 2030, os custos que impõem às remessas e, como dito, vincula essa meta a uma política global de desenvolvimento sustentável voltada à redução das desigualdades.

O Brasil é um dos países para os quais essa conclamação é bastante apropriada. Embora a Lei de Migração vigente desde 2017 (Lei 13.445) tenha previsto em seu texto, como uma garantia do imigrante, o “direito de transferir recursos decorrentes de sua renda e economias pessoais a outro país” (art. 4º, V), o custo ao imigrante para enviar valores para fora do território brasileiro, ao menos pelo sistema bancário convencional, é significativo: além do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), os bancos e outros operadores (p. ex., TransferWise e Western Union) cobram despesas e custos potenciais do beneficiário, margem de lucro do câmbio e às vezes despesas Swift.

---

1 Objetivo 10.c: “Até 2030, reduzir para menos de 3% os custos de transação de remessas dos migrantes e eliminar os corredores de remessas com custos superiores a 5%”.

Para contornar os obstáculos representados pelas políticas tarifárias das instituições bancárias, muitos migrantes apelam para meios alternativos de envios, que vão sendo informalmente criados para facilitar as operações de transferências e desonerar os seus custos. É nesse contexto que aparecem sujeitos oferecendo serviços pelos quais os valores são remetidos por meios não convencionais, para os quais é necessário formular algum juízo normativo, mas não antes de se compreender suas causas sociais e culturais.

Na presente pesquisa, esses sujeitos serão aqui denominados de *coyotes bancários*, haja vista que, assim como os coyotes tradicionais – que “vendem” ajuda aos imigrantes desesperados para ingressar de qualquer modo em um país estrangeiro –, aqueles também exploram economicamente os migrantes em situação aflitiva, ao mesmo tempo em que os “auxiliam” a realizar os seus intentos. De forma moralmente ambígua, oferecem transações a baixos custos – como deveriam fazer os Estados (regulando as tarifas bancárias) –, embora, ainda assim, cobrem algum pagamento para realizar os seus serviços.

Em Roraima, a atuação de coyotes bancários já se encontra bem estabelecida. Em regra, são grupos de pessoas de nacionalidade venezuelana que possuem contas bancárias ativas na Venezuela, e, recebendo valores em espécie (em moeda brasileira), vão até caixas eletrônicos na fronteira venezuelana ou transferem *on line* valores (em moeda venezuelana) para as contas bancárias dos beneficiários indicados pelos migrantes<sup>2</sup>. Com a perda inflacionária e a desvalorização do bolívar (B\$F), o crédito bancário já é suficiente para que o destinatário possa realizar operações financeiras e realizar compras básicas.

Um dos grupos que oferece localmente seus serviços de coyotagem bancária, com o lema “La mejor forma de enviar dinero”, é o Cambio VenBras. Pelo modo como se projetou nas redes sociais no último ano (2018-2019), estima-se que atenda milhares de pessoas e transfira uma quantidade expressiva de valores todos os dias.

O problema é como julgar a ação individual desses chamados coyotes bancários. De um lado, eles oferecem transferências com custos menores que os bancos e, nesse sentido, contribuem para a realização do direito a transferências não-onerosas de valores por imigrantes (conforme desejado pelo ODS 10.c da ONU); de outro, parecem ser apenas uma versão mais *soft* do agente que explora o contingente migratório economicamente mais vulnerável, e que realiza operações de transferências de forma legalmente controvertida.

Em todo caso, conforme se verá, talvez a lente mais adequada que lhes caiba seja uma certa abordagem teórica da Nova Sociologia Econômica (NSE), segundo a qual o foco de análise deveria

---

2 Para além deles, há ainda outros agentes que operam com esquemas alternativos, como a compra e o envio de ouro clandestinamente para a Venezuela, ou mesmo iniciativas experimentais de aplicativos de dinheiro móvel (*mobile money*) sem quaisquer custos para transferências internacionais.

ser redirecionado, não mirando propriamente na ação individual desses sujeitos, mas sim na estrutura social que os abarca e resta conformando suas ações e papéis.

## OBJETIVOS E HIPÓTESE DE TRABALHO

O objetivo principal da pesquisa é apresentar a configuração social disruptiva que se estabeleceu em Roraima após o *boom* migratório venezuelano, a partir de 2016, como *produtora de sujeitos* – para usar a expressão de Anturo Lahera Sánchez (2008) – mais especificamente, os sujeitos que se convencionou aqui chamar de *coyotes bancários*. Mais do que simples agentes que desempenham a função sistêmica de viabilizar o envio de remessas por imigrantes, eles são uma peça-chave para que se compreenda a tessitura social em Roraima pós-crise migratória.

A ação por eles adotada (serviços de transferências interbancárias internacionais), a rigor, não representa qualquer novidade, sendo antes a replicação no norte do Brasil de uma estratégia recorrentemente adotada em outros contextos migratórios. Ocorre que, pela ação deles, poder-se-ia dimensionar a profundidade do aspecto *social* da crise migratória em Roraima, na qual os venezuelanos buscam serviços alternativos de remessas também por razões não-econômicas, como a possibilidade de interagirem com compatriotas seus e assim evitarem a xenofobia institucional dos serviços de atendimento bancário locais.

Para além disso, a pesquisa busca chamar a atenção para o tema de remessa de valores no caso da migração venezuelana em Roraima, ainda não analisada por qualquer trabalho acadêmico já publicado. É importante, inclusive, que se realce os marcos normativos pelos quais a remessa seria um direito social do migrante.

E, a propósito disso, caberia também levantar a hipótese de que esse direito estaria dotado de jusfundamentalidade, uma vez que se relaciona diretamente com a dignidade social e a auto-estima do migrante, que é diuturnamente cobrado para ser um “agente produtivo” na sociedade em que busca se inserir.

Se a remessa de valores, por vias ordinárias ou não, conseguiu atenuar o volume e o saldo migratório de deslocados em Roraima, deve ser testada a hipótese de que isso teria ocorrido à custa de um processo de desintegração local, em que a dimensão econômica estaria imersa na social. Esse cenário teria afetado não apenas os migrantes abrigados e desprovidos de quaisquer rendas, mas também o trabalhador migrante. Este sofreria igualmente os infortúnios do aumento da xenofobia em Roraima, e no mercado de trabalho estaria em condições menos justas e favoráveis para usufruir da renda de sua remuneração.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Nova Sociologia Econômica, em especial os estudos de Mark Granovetter, bem como os de Alejandro Portes & Julia Sensenbrenner, possibilita uma abordagem promissora da – chamemo-la assim – coyotagem bancária, quando se leva em conta a premissa de que ela estaria inserida na configuração social formada a partir da crise migratória em Roraima.

Tomando-se as lições de Granovetter, revela-se especialmente arguto o seu argumento de inspiração weberiana baseado no conceito de *imersão* (*embeddedness*) – originalmente desenvolvido por Polanyi, Arensberg & Pearson (1957) –, segundo o qual a dimensão econômica estaria imersa, embebida, na dimensão social:

O argumento da imersão enfatiza [...] o papel de relações pessoais concretas, e estruturas (ou ‘redes’) de tais relações, na geração de confiança e no desencorajamento de más condutas. *A preferência generalizada por negociar com indivíduos de reputação conhecida implica que poucos se contentam em confiar na moralidade generalizada ou em arranjos institucionais para se proteger contra problemas.* (GRANOVETTER: 1985, p. 490, tradução livre, sem destaque no original)

O autor se dispõe a explicar por que, em determinados contextos econômicos, as pessoas preferem negociar e têm mais confiança em agentes individuais e em redes desses agentes, do que com instituições, ainda que correndo riscos. Ele parece considerar, corretamente, que a tese economicista de que um incentivo para as pessoas não trapacearem nas relações interpessoais seria o custo dos danos à própria reputação social não leva adequadamente em conta o aspecto socializado que tem a reputação dos sujeitos.

Granovetter considera que, melhor do que a informação de que alguém é “conhecido por ser confiável” são as informações “das próprias relações travadas com essa pessoa”, e isso por algumas razões, dentre as quais as seguintes: “indivíduos com quem se mantém uma relação contínua têm motivação econômica para serem confiáveis, de modo a não desencorajar negócios futuros” e “partindo de motivos puramente econômicos, a continuidade das relações econômicas geralmente se sobrepõe com conteúdo social que carrega fortes expectativas de confiança”. (GRANOVETTER: 1985, p. 490)

Isso parece explicar adequadamente a curiosa situação dos imigrantes venezuelanos, que, instados a abrir corredores de remessas a partir de Roraima, rapidamente substituíram como veículos de transação as instituições bancárias ordinárias por indivíduos e redes que foram crescendo em confiança a partir da bem-sucedida reputação que foram adquirindo na oferta vis-à-vis dos seus serviços. Estrangeiros recém-chegados e com situação migratória delicada costumam evitar riscos diante da lei local, e a formação capilar de laços de confiança em esquemas econômicos informais contribuiria para protegê-los nos seus empreendimentos.

Relações pessoais podem gerar tanto uma enorme confiança quanto uma enorme má-fama (GRANOVETTER: 1985), e essa lógica parece ser observada pelos coyotes bancários. Citando Yoram Ben-Porath, Granovetter refere que determinadas relações pessoais, com o tempo, podem “gerar certos comportamentos por parte de indivíduos astutos, egoístas ou mesmo inescrupulosos que, de outro modo, poderiam ser interpretados como tolos ou puramente altruístas” (*apud* GRANOVETTER: 1985, p. 492).

Este é o ponto, a propósito. Não seria apenas razões econômicas que fariam com que os venezuelanos optassem por serviços de coyotagem bancária, mas também, e talvez principalmente, relações baseadas na reputação conquistada pelos coyotes junto à comunidade migrante, a qual relevaria uma das facetas da imersão do econômico no social.

Conforme Edmilson Lopes Junior, “Para utilizar aqui uma linguagem próxima daquela mobilizada pela NSE nas suas narrativas de dimensões da vida econômica, a rede de migração encontra-se sempre submersa em estruturas sociais e delimitada pelo universo cultural que modula os esquemas de percepção dos migrantes”. Nesses termos, a teoria de base para encaminhar e testar a hipótese de pesquisa seria aquela implícita no conceito de *imersão*, segundo o qual as estruturas sociais afetam a ação econômica.

A propósito, no mesmo plano, também se pode apelar à teoria do *capital social*, de Pierre Bourdieu, segundo o qual as expectativas quanto à ação de um sujeito, criadas em uma estrutura social coletiva, afetam as metas econômicas e o comportamento dos que buscam alcançá-las, ainda que essas expectativas não estejam orientadas para o âmbito econômico. De modo mais direto, seria dizer que pessoas que atuam em associação com outros, ou conectados a grupos, têm acesso a recursos próprios, e as trocas contínuas (materiais e simbólicas) tendem a produzir obrigações e reconhecimento mútuo entre os sujeitos associados (BOURDIEU; WACQUANT: 1992).

Avançando nas abordagens fornecidas pela NSE, para o caso específico dos processos migratórios, é bastante apropriado desenvolver, neste caso, a noção de *empreendedorismo migrante e imersão mista*. Segundo essas abordagens – que seguem reconhecendo a adequação da *teoria da escolha* para a explicação mesmo dos fenômenos migratórios mais recentes –, a escolha por parte do imigrante de se tornar um empreendedor é tanto movida por fatores impulsionantes (*push factors*), tais como o desemprego e o subemprego, quanto por fatores de atração (*pull factors*), como a busca por auto-realização e o desenvolvimento da vocação empresarial, os quais, por sua vez, evidenciam o quadro social daquilo que Rajjman & Tienda (2000) chamam de “mobilidade bloqueada”, a saber, que as dificuldades de mobilidade social afetam diretamente a mobilidade humana. Embora os autores utilizem o conceito para se reportar à atuação de migrantes do sudeste asiático em países desenvolvidos, dando destaque para componentes étnicos, entende-se que ele é

também apropriado, em termos etiológicos, para o caso da migração venezuelana nos países do Sul global.

Considerado o pano do fundo no qual está imerso o coyote bancário, é ainda necessário discutir o quanto ele seria, ainda que indiretamente, o promotor de um direito social. Para isso, parte-se do pressuposto de que a norma que orienta o direito do migrante a remessas (“É autorizado ao migrante transferir sua renda como lhe aprouver, mesmo para outro país”, “É proibido onerar transferências de valores por migrantes para fora do país com elevada tributação”) poderia ser inscrita como um princípio maximizável, diretamente relacionado com a liberdade econômica. A conexão entre envio de remessas e liberdade econômica está presente nos dados do *System Generalized Method of Moment* (GMM), conforme Zghidi & Abida (2015).

Justamente por isso, a atuação do coyote bancário poderia ser descrita como componente de um esquema de empreendimento. A “contestável moralidade” da sua ação estaria inscrita no quadro das relações baseadas na exploração e da busca de lucro, próprias do espírito do capitalismo. Mesmo por isso, a defesa do direito a remessas como direito fundamental deveria então envolver a regulação da atividade de coyotagem bancária, como um serviço alternativo àqueles prestados pelas instituições financeiras. Poderia ser explorada, neste ponto, a vasta produção de autores da *Law and Economics*, em especial sobre os trabalhos sobre governança cooperativa.

## ESTADO DA ARTE OU REVISÃO DE LITERATURA

A propósito do tema migratório, é necessário, primeiramente situar os estudos mais recentes que focalizam as migrações contemporâneas “emergentes”, assim entendidas aquelas que operam dentro de *sistemas* internacionalmente definidos (SASSEN: 2016). Esses sistemas, tal como definidos por Saskia Sassen, são profundamente marcados na periferia global pela degradação do ambiente e da habitação, levando a *expulsões* de grupos humanos. Essa nova compreensão do fenômeno migratório é tão mais relevante quando se recorda que a autora que a desenvolve tem pesquisa de leitura sobre migração e transformação demográfica da Venezuela desde os anos 70, quando o país experimentava grande crescimento e atraía imigrantes.

É curioso que esses dois textos de Saskia Sassen sejam completamente ignorados nos trabalhos sobre a migração venezuelana em Roraima, a saber, *Três migrações emergentes: uma mudança histórica*, mais recente (2016), e *Economic Growth and Immigration in Venezuela*, publicado no final dos anos 70 (1979). São textos de partida tanto para entender as novas migrações, quanto para entender a história econômica relativamente recente da Venezuela.

Para além disso, é necessário mapear os textos-chave sobre a teoria de base, a qual, conforme dito, diz respeito aos estudos da Nova Sociologia Econômica. Foram já identificados e catalogados os seguintes materiais: o seminal artigo *Embeddedness and Immigration: Notes on the Social Determinants of Economic Action*, de Portes & Sensenbrenner, do início da década de 90, no qual se destaca que os imigrantes, com suas habilidades geralmente desvalorizadas no mercado de trabalho receptor e com um domínio geralmente fraco da língua do novo país, têm seus destinos econômicos dependentes das estruturas nas quais eles se incorporam e, em particular, do caráter de suas próprias comunidades. “Poucas situações de ação econômica podem ser consideradas mais imersas”, dizem os autores (PORTES; SENSENBRENNER: 1993, p. 1322).

De enorme relevância também são os textos *Mixed Embeddedness: (In)formal Economic Activities and Immigrant Businesses in the Netherlands*, de Kloosterman, Rath e van der Leun, de 1999, e *Immigrant Entrepreneurs in Advanced Economies: Mixed Embeddedness Further Explored*, de 2001. Eduardo Barberis e Giacomo Solano recordam que esses trabalhos, responsáveis por introduzir a chamada “abordagem de imersão mista”, possuíam em fevereiro de 2018 cerca de 1.300 referências no Google Acadêmico, e não sem razão. Responsáveis por apresentar o processo de correspondência entre as habilidades e os recursos dos migrantes (capital humano e social) e a estrutura de oportunidades criada no contexto local, esses textos chamaram atenção crescente e se tornaram referência no padrão na análise do empreendedorismo migrante.

Também será feito um levantamento atualizado, tanto exaustivo quanto possível, sobre o tema das remessas. Isso inclui, por suposto, textos introdutórios ao tema (ACOSTA; CALDERÓN;

FAJNZYLBBER; LOPEZ: 2008) e também pesquisas publicadas sobre experiências de envios informais de remessas em países subdesenvolvidos (MAIMBO; PASSAS: 2004).

Será evidenciada a obra de autores como Richard H. Adams, Jr., em especial o seu paper *The determinants of international remittances in developing countries*, que aplica metodologia eficiente para medir os diferentes níveis existentes entre países que recebem remessas, usando novos dados sobre variáveis como o conjunto de habilidades dos migrantes, taxas de pobreza e taxas de juros e câmbio, como fatores determinantes das remessas.

E, por fim, será também catalogada a bibliografia nacional sobre o tema da regulação das remessas de valores, inclusive eventuais trabalhos críticos à Lei 4.131, de 1962, que “Disciplina a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior”, à luz do tema da migração.

## MÉTODOS, TÉCNICAS DE PESQUISA E FONTES DE INVESTIGAÇÃO

A pesquisa que se pretende desenvolver se assegurará de manter o maior rigor possível com a metodologia da pesquisa e seleção de textos para consulta e referência. O interesse primordial é manter a qualidade do material consultado, para que, ao final, possa ser sustentado que os textos mais relevantes, isto é, os mais citados e com maior fator de impacto em nível internacional, tenham sido reunidos e fichados, e, tanto quanto possível, incorporados à tese. Esta, com efeito, pretende dialogar com a literatura mais recente na área, visando tornar-se também uma referência relevante.

Para a seleção de materiais, será utilizado o software desenvolvido pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná chamado *Methodi ordinatio*, que possui critérios para a escolha de artigos científicos que adapta o ProKnow-C, e também classifica a importância dos textos selecionados, cruzando fator de impacto, ano de ano de publicação e número de citações.

Como procedimento complementar, também serão consultadas as bases de dados de portais como Scielo, Latindex, Dialnet, Google Acadêmico, fazendo-se varreduras a partir das palavras-chave do projeto de tese. E serão ainda buscados textos que compartilhem as mesmas referências bibliográficas, através da base de dados do software Mendeley.

As fontes primárias, necessárias para a testagem da hipótese anteriormente indicada, para o desenvolvimento conceitual (sobretudo o conceito de “coyote bancário”) e informações e dados atualizados, relativos à migração em Roraima e à remessa de valores no contexto local, serão tratadas como imprescindíveis.

Sobre a execução do trabalho, será inicialmente feito levantamento estatístico, para identificar as variáveis intervenientes sobre a remessa de valores em Roraima. Em seguida, será feito levantamento e leitura das fontes compiladas na metodologia da pesquisa.

Será avaliada a oportunidade de entrevistas semiestruturadas ou questionários que utilizem a chamada Escala Likert junto aos indivíduos que seriam considerados na pesquisa como coyotes bancários, a depender do parecer do Comitê de Ética em Pesquisa.

## CRONOGRAMA DE TRABALHO

<b>Atividades a serem desenvolvidas</b>	<b>1º semestre de 2019</b>	<b>2º semestre de 2019</b>	<b>1º semestre de 2020</b>	<b>2º semestre de 2020</b>
Cumprimento dos créditos exigidos para as disciplinas	X	X		
Formalização do projeto de pesquisa junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade	X			
Publicação de artigo em periódico na plataforma OJS, com DOI e no estrato A	X	X	X	X
Apresentação de draft da tese como resumo-ponência em evento internacional	X	X	X	X
Fortalecimento do Projeto de Extensão “Direitos Fundamentais, Constitucionalismo e a Migração Venezuelana”, cadastrado junto à UFRR.		X	X	X
Engrega da Tese, impreterivelmente				X

## BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ACOSTA, Pablo A.; CALDERÓN, Cesar A.; FAJNZYLBER, Pablo R.; LOPEZ, Humberto, What is the Impact of International Remittances on Poverty and Inequality in Latin America? World Bank Policy Research Working Paper No. 4249, 2007. Disponível na SSRN: <https://ssrn.com/abstract=992985>

ADAMS Jr., R. H. "The determinants of international remittances in developing countries", *World Development*, 37(1): 2009, 93-103.

ADAMS Jr., R. H.; DE HAAS, H.; OSILI, U. O. *Migrant Remittances and Development: Research Perspectives*. New York: Social Science Research Council, 2009.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Löic. *An Invitation to Reflexive Sociology*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

GRANOVETTER, Mark. "Economic action and social structure: the problem of embeddedness". *American Journal of Sociology*, n. 90, 1985.

KLOOSTERMAN, R.; RATH, J. "Immigrant Entrepreneurs in Advanced Economies: Mixed Embeddedness Further Explored". *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 27(2), 2001, 189-201. <https://doi.org/10.1080/13691830020041561>

KLOOSTERMAN, R., VAN DER LEUN, J.; RATH, J. "Mixed Embeddedness: (In)formal Economic Activities and Immigrant Businesses in the Netherlands". *International Journal of Urban and Regional Research*, 23(2), 253-267, 1999. <https://doi.org/10.1111/1468-2427.00194>

LOPES JUNIOR, Edmilson. "As potencialidades analíticas da Nova Sociologia Econômica". *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 17, n. 1, p. 39-62, June 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922002000100004>.

MAIMBO, S. M.; PASSAS, N. "The Regulation and Supervision of Informal Remittance Systems" *Small Enterprise Development* 15(1): 53-61, 2004.

O'NEILL, Alexander C. "Emigrant Remittances: Policies to Increase Inflows and Maximize Benefits", *Indiana Journal of Global Legal Studies*, v. 9(1), 16, 2001.

PORTES, Alejandro Portes; SENSEBRENNER, Julia. "Embeddedness and Immigration: Notes on the Social Determinants of Economic Action". *The American Journal of Sociology*, vol. 98, n. 6, 1993, pp. 1320-1350.

RAIJMAN, R.; TIENDA, M. "Immigrants' Pathways to Business Ownership: A Comparative Ethnic Perspective". *The International Migration Review*, 34 (3), 2000, pp. 682-706. <https://doi.org/10.1177/019791830003400302>

SANCHÉZ, A. L. "La crítica de la economía de mercado en Karl Polanyi: el análisis institucional como pensamiento para la acción". *REIS*, 86/99, p. 27-54, 2008.

SASSEN, Saskia. "Três migrações emergentes: uma mudança histórica", *Revista SUR* 23 - v. 13 n. 23, pp. 29-42, 2016.

SASSEN-KOOB, Saskia. "Economic Growth and Immigration in Venezuela". *International Migration Review*, 13(3), 1979, pp. 455-474. <https://doi.org/10.1177/019791837901300304>

ZGHIDI, Nahed; ABID, Zouheir. "Remittances, Economic Freedom, and Economic Growth in North African Countries". *Romanian Economic Journal*, vol. 18(58) 2015, pp. 139-162.